



29(2):245-250  
jul/dez 2004

# RESENHA CRÍTICA

**RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, 2003 - 287 p.**

## Letramento: leitura da palavra e leitura do mundo?

**Maria Carolina Fortes e Mariléia Gollo de Moraes**

Resultados de uma pesquisa de âmbito nacional – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), realizada pelo Instituto Paulo Montenegro – são apresentados neste livro, organizado por Vera Masagão Ribeiro, em doze artigos de especialistas em educação e leitura. A partir de informações sobre habilidades de leitura e escrita da população brasileira entre 15 e 64 anos, os autores discutem o tema do “letramento”, apontando para a correspondência entre desigualdades sociais e desigualdades educacionais e para uma série de implicações políticas e ideológicas na inserção dos sujeitos no mundo letrado.

Na Introdução, Vera Masagão explica a metodologia dos testes aplicados na pesquisa, ressaltando que se trata de uma nova abordagem no campo da pesquisa sobre alfabetização, leitura e escrita, a partir do qual se cunhou o termo “letramento”, bem como a distinção entre analfabeto e analfabeto funcional, e os diferentes níveis de alfabetismo, além de comentar dados significativos como o de que 9% da população entre quinze e 64 anos encontra-se na situação de analfabetismo absoluto, ou o de que a maioria das pessoas classificadas como analfabetas (54%) não completou nenhuma série escolar, enquanto 39% completaram de uma a três séries.

Dividida em quatro partes, *A sociedade leitora e as políticas de leitura, Letramento e educação, Trajetória de leitores (as) e Problemas da pesquisa e da avaliação*”, a obra inicia com o artigo “Os números da cultura”, de Márcia

Abreu, em que a autora enfatiza a superação da idéia corrente de que os brasileiros não se interessam pela leitura e que têm baixa familiaridade com os livros: “67% dos entrevistados dizem gostar de ler; 32% gostam muito e 35% gostam um pouco” (p. 33). Encerra o artigo com questionamentos para além dos dados, com a preocupação de “compreender a relação estabelecida pelos diferentes grupos com a leitura, adentrando o difícil terreno dos sentidos atribuídos aos textos pelos leitores” (p. 44).

No segundo artigo, “Sociedade de cultura escrita, alfabetismo e participação”, Luiz Percival Leme Brito centra a reflexão no tema alfabetismo, buscando compreender as relações entre a cultura escrita e a participação social. O autor traz para a análise a fragilidade dos processos educativos escolares e não escolares, como decorrência das formas como o conhecimento vem sendo imposto pelo modelo de produção capitalista, segundo o qual os sujeitos são vistos como reprodutores da sua própria desigualdade. Existirá efetivamente uma relação bem estabelecida entre ler e ser cidadão? – pergunta-se o autor. O tanto que as pessoas lêem – pouco ou muito – é objetivamente resultado das estratégias de ensino e de promoção de leitura? Será a prática da leitura uma condição para a melhor participação social e para a empregabilidade? (p. 49). A análise feita por Brito leva-o a propor um desafio:

*Enfim trata-se de combater os discursos que, hipoteticamente valorizando o letramento como um bem em si, mas de fato sustentando a idéia da competição e da diferença, legitimam mecanismos sociais excludentes e a ideologia da competição. Em oposição a essa perspectiva, há que se reconhecer que as formas de letramento na sociedade de classes têm uma clara dimensão política, não admitindo nenhuma versão puramente técnica (p. 63).*

O terceiro artigo, intitulado: “Políticas de promoção da leitura”, de Elizabeth D’Angelo Serra, começa com uma reivindicação: “Não podemos mais permitir que a alfabetização de qualquer brasileiro esteja separada das condições necessárias para a sua manutenção: a garantia do acesso aos materiais escritos” (p. 66). A autora chama a atenção para os dados do INAF, os quais revelaram que a maioria das pessoas não frequenta bibliotecas e, no entanto, gostam de ler, independente de classe social e nível de alfabetismo. Segundo a autora, a pesquisa revela que a idéia de biblioteca como espaço institucional para o uso coletivo de livros e, conseqüentemente, de direito à leitura, não está presente na sociedade brasileira. Ressalta que “mais um sintoma grave da exclusão social é a falta de uma política para bibliotecas, que deve ser parte obrigatória de uma política de leitura” (p. 78). Comenta algumas políticas recentes e acredita na leitura como meio de democratizar a cultura: “políticas de educação devem buscar cada vez mais integrar a cultura e vice-versa” (p. 85).

Na segunda parte do livro, Magda Soares escreve sobre “Letramento e escolarização”, levantando algumas hipóteses sobre letramento e escolarização,

as quais dizem respeito à não-fragmentação e às profundas relações entre ambas, absolutamente necessárias na efetivação das práticas sociais de leitura e de escrita. “Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente; entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis” (p. 92).

É significativo aqui refletir sobre a forma como a autora analisa os dados da pesquisa do INAF – 2001, os critérios e categorias utilizados, de modo a mostrar a importância de o pesquisador mobilizar o olhar para diferentes focos: “é necessário olhar o avesso dos dados” (p. 99). Nesse sentido, a autora mostra situações ricas e elucidativas, através dos dados que se apresentam em percentuais baixos, mas não desprezíveis. Tais dados apontam para outra categoria de análise, referente às causas geradoras de discrepâncias: na escola, o tempo entre o processo de escolarização e a avaliação; e, na sociedade mais ampla, as condições dos sujeitos entrevistados, diante do uso da leitura e da escrita. Partindo da análise destes dados, traz os conceitos de letramento social (habilidades de leitura e escrita demandadas pelas práticas de letramento que circulam na sociedade) e letramento escolar (habilidades de leitura e escrita desenvolvidas pela escola).

A seguir, a educadora chilena Isabel Infante traz o tema “Educação e capacitação permanente”. Concebe a capacitação permanente como um processo que se dá ao longo da vida, oportunizando uma sólida formação básica, de tal forma que permitiria às novas gerações “pensar” adequadamente uma massa crescente de informação e dominar linguagens diversas. Isso tudo como desafio à educação, frente ao impacto dos avanços tecnológicos no trabalho e na vida diária. Cita como exemplo a alfabetização computacional ou audiovisual.

Ao final, lança um desafio, chamando a atenção para a necessidade de se melhorar o nível de escolarização da população:

*A principal tarefa do Estado em países com baixa escolaridade média entre os adultos é prover-lhes novas oportunidades de educação básica, mais flexíveis mas igualmente exigentes. Sem isso, resultam insuficientes medidas visando estender as oportunidades de qualificação profissional (p. 121).*

A terceira parte – *Trajetórias de leitores (as)* – abre-se com o texto “Leitura: algo que se transmite entre as gerações?”, de Ana Maria de Oliveira Galvão. Tendo como referência pesquisas em história e sociologia da leitura, a autora discute a transmissão intergeracional da cultura escrita, estabelecendo um contraponto entre a “determinação do destino”, pelas heranças – corroborada pelas estatísticas – e as trajetórias únicas de pessoas, que rompem com essa determinação. Assim cita a autora:

*Quando estamos no âmbito de modelos estatísticos que fazem uma correlação entre propriedades sociais, fora de qualquer referência a situações particula-*

*res, somos às vezes conduzidos a fazer uma representação um tanto falsa dos seres sociais concretos que, na realidade social, são os “portadores”, os “detentores” dessas propriedades (p. 127).*

Destaca o significativo avanço do letramento entre gerações, a importância das influências familiares, e aponta para a necessidade de certa mobilidade em torno da alfabetização, de modo a permitir acesso a “todos”, a partir de um letramento que se faz em diferentes contextos, numa perspectiva de socialização da cultura letrada. Em outras palavras, diz a autora: “embora o acesso ao mundo da cultura escrita tenha se democratizado nas últimas décadas, está vinculado, na maior parte dos casos, ao mundo urbano, às elites econômicas, às regiões mais ricas do país” (p.148).

O artigo seguinte, de Marta Kohl de Oliveira e Cláudia Lemos Vóvio, constrói-se a partir de referenciais da psicologia da aprendizagem, numa perspectiva sócio-histórica. Abordando o problema da heterogeneidade e homogeneidade entre sujeitos pertencentes a grupos com distintos níveis de alfabetismo, as autoras direcionam a análise dos dados da pesquisa aos aspectos sócio-econômico, de nível de escolaridade, de exposição a ambientes letrados na infância e de envolvimento em práticas letradas na vida cotidiana – fatores associados habitualmente ao nível de alfabetismo do sujeito.

A seguir, o artigo “Homens, mulheres e letramento: algumas questões”, de Marília Carvalho e Mayra Moura, analisa os dados focando a questão do gênero, aspecto que traz revelações significativas: o maior desempenho das mulheres – 64% classificadas nos níveis 2 e 3 de alfabetismo, comparado ao índice de 55% do sexo masculino –, indicando que os resultados estão relacionados aos recentes avanços na escolaridade das mulheres brasileiras – as quais são a maioria no Ensino Superior, desde os anos 80.

As autoras colocam duas indagações que têm, atualmente, recebido pouca atenção entre as pesquisas educacionais brasileiras, e que ficam em aberto: “por que os homens vêm se saindo pior no processo de escolarização? E por que vêm se mostrando piores leitores, mesmo quando comparados a mulheres de mesma escolaridade?” (p. 178). Também se posicionam a respeito da concepção de gênero, segundo Joan Scott: “para nós, adotar uma tal concepção não significa abolir nas análises o uso do conceito de sexo, mas evitar um uso ingênuo e não problematizado” (p. 181). Ou seja, alertam para não se reduzir as mulheres a sua condição de gênero, como um bloco homogêneo, pois com isso corre-se o risco de fazer tábula rasa de todas as demais condições sociais. Nas conclusões, escrevem:

*[... ] é possível afirmar que existe uma correlação entre práticas de letramento e sexo. A escolaridade e a situação atual de trabalho (em casa para mulheres; fora de casa, para homens e mulheres), variáveis observadas em detalhe, interferem nessas práticas, mas em quase sempre favorecendo as mulheres,*

*que se destacam pelas mais altas freqüências de realização das práticas de leitura e escrita. [ . . . ] Na verdade, os homens fazem usos mais restritos da leitura e da escrita e as maiores freqüências de uso são apresentadas por pessoas do sexo feminino e mais escolarizadas (p. 190).*

Na quarta parte do livro, Alceu Ravello Ferraro e Angela Kleiman tratam dos problemas da pesquisa e da avaliação, aprofundando a discussão em torno do caráter assumido pelas pesquisas quantitativas e pelas pesquisas qualitativas, nas Ciências Sociais. Alceu Ferraro, apoiado em sua trajetória de pesquisa no campo de índices de alfabetização e da produção histórica destes índices, busca realizar uma análise comparativa entre os resultados obtidos pelo INAF 2001 e os dados do IBGE – Contagem da População 1996 e Censo Demográfico 2000. A comparação desses dados permitiu a Ferraro propor categorias para classificar o letramento, tendo como base o tempo de permanência dos sujeitos na escola, bem como sugerir que essas categorias não se fechem em apenas um método de abordagem. Ao concluir, Ferraro sugere que seja dada continuidade à pesquisa, levando em conta a propriedade do teste utilizado pelo INAF, bem como a qualidade da escola fundamental: “ou o teste é muito rigoroso, ou a escola fundamental brasileira deixa a desejar!” (p. 205).

Ângela Kleiman, por sua vez, examina os problemas encontrados no processo de avaliação da leitura e da escrita, proposto pelo INAF: os resultados mostraram que os tópicos de leitura e compreensão tiveram o mais alto índice de dificuldades. A autora trata criticamente a questão do olhar grafocêntrico assumido pela pesquisa. Demonstra o peso ideológico da relação entre o pesquisador e o pesquisado, retomando assim a discussão de Marta Khol de Oliveira, quando aponta para o aspecto da singularidade e das relações de homogeneidades e heterogeneidades, que se evidenciam ou não, dependendo das escolhas metodológicas do pesquisador. Marta defende o método qualitativo de análise, apontando certas limitações nos levantamentos quantitativos e estatísticos, os quais deixariam obscuros alguns dados significativos.

A forma instigante e perspicaz como os autores controem raciocínios e conduzem as análises, ao mesmo tempo que propõem reflexões e dialogam com o leitor, nos autoriza a dizer que a obra *Letramento no Brasil* tem caráter desvelador, propositivo, problematizador e provocativo. Desvelador de mitos em relação ao analfabetismo, à alfabetização e a práticas de leitura e escrita dos jovens e adultos brasileiros. Propositivo, pois oferece à sociedade brasileira um conjunto de informações sobre as habilidades e práticas relacionadas à leitura, a escrita e a matemática da população brasileira, de modo a fomentar o debate público e subsidiar a formulação de políticas de educação e cultura. Problematizador e provocativo, em função de levantar questões e não esgotar as hipóteses e suposições, instigando os pesquisadores na área da educação a adentrarem as trilhas da temática *Letramento*.

Enfim, trata-se de um convite à leitura e à discussão do letramento, para além das estatísticas, apontando para a reflexão freireana, que nos diz: “ler a palavra é ler o mundo”. O conceito de letramento aqui discutido traz implicações históricas, sociais e culturais, que ocorrem no conjunto das práticas sociais de escrita, ampliando-se para além da escola. O conjunto de artigos dessa obra nos convida a pensar práticas de letramento para sujeitos sociais, singulares e plurais, que se constituem na diversidade das relações e, por isso, precisam participar de forma consciente do poder da língua escrita na sociedade letrada.

Maria Carolina Fortes é educadora do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA), de Passo Fundo, e mestranda em educação do PPGEDU/UFRGS.

Endereço para correspondência:  
Rua Dr. Vergueiro, 271/401 – Rodrigues  
99010051 – Passo Fundo – RS

Mariléia Gollo de Moraes é professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI– Campus de Erechim), da rede pública estadual e mestranda em educação do PPGEDU da UFRGS.

Endereço para correspondência:  
Rua Major Cândido Cony, 895  
99900-000 – Getúlio Vargas – RS  
marileiagm@uri.com.br